

OS JESUÍTAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS¹

The Jesuits In History Textbooks For The Final Years Of Primary School

Nicolle dos Santos Romão²

Orientação: Prof. Dr. Bruno Kawai Souto Maior de Melo³

RESUMO

O presente artigo, escrito como trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo principal analisar as narrativas presentes nos livros didáticos de História referente aos jesuítas no período colonial, de modo a investigar quais sentidos estão sendo atribuídos à atuação desses indivíduos na América portuguesa. A análise toma como fontes quatro livros de História do 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, avaliados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2024. Em termos metodológicos, pretende-se desenvolver uma análise qualitativa das obras, identificando e traçando comparações entre essas narrativas e entre elas e a historiografia acadêmica. Partindo do exame dessas fontes históricas, busca-se verificar quais discursos essas narrativas têm construído e quais diálogos estabelecem com a historiografia.

Palavras-chave: jesuítas; livro didático; historiografia.

ABSTRACT

This article, written as a final course project, aims to analyze the narratives present in history textbooks regarding the Jesuits in the colonial period, in order to investigate the meanings attributed to the actions of these individuals in Portuguese America. The analysis draws on four history textbooks for the 7th grade of secondary school, evaluated and distributed by the National Program for Textbooks and Teaching Materials (PNLD) 2024. In methodological terms, the aim is to develop a qualitative analysis of the works, identifying and drawing

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca de defesa foi composta pelos seguintes membros: Profa. Ma. Roberta Duarte da Silva; Prof. Dr. Márcio André Martins de Moraes, na seguinte data: 20 de agosto de 2025.

² Graduanda em História - Licenciatura na UFPE.

³ Professor do Curso de História da UFPE.

comparisons between these narratives and between them and academic historiography. Based on an examination of these historical sources, the aim is to verify what discourses these narratives have constructed and what dialogues they establish with historiography.

Keywords: jesuits; textbook; historiography.

1. INTRODUÇÃO

Fundada em 1534 por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus se consolidou como uma das principais ordens religiosas do mundo moderno. Com o objetivo de promover a “[...] “defesa e propagação da fé” e “o progresso das almas na vida e na doutrina cristã” ” (O’Malley, 1993, p.36, tradução própria), a Ordem de Jesus estendeu suas atividades em diversos países da Europa ocidental, além da Índia, Japão, Brasil, entre outros⁴. Nestas regiões, “pregavam, ensinavam o catecismo, propunham novas práticas sacramentais e se esforçavam para ajudar órfãos, prostitutas e presos” (Ibid., 1993, p.19, tradução própria).

Amantino (2023, p.150) destacou o papel crucial desempenhado pelos religiosos da Companhia na expansão portuguesa pelas Américas, Ásia e África “atuando como intermediários entre culturas variadas e sendo, em alguns casos, os principais responsáveis pela conversão dos povos, como ocorreu na América portuguesa” a partir da segunda metade do século XVI. Os primeiros jesuítas chegaram à América portuguesa em 1549, juntamente com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, como forma de iniciar o processo de conversão – a partir da catequese – e civilização dos povos originários⁵. Trabalhando a serviço da fé e, também, da Coroa Portuguesa, os jesuítas desempenharam diversas funções na colônia e protagonizaram, junto a outros atores, uma complexa rede de relações sociais.

Desde o século XX a Companhia de Jesus vem sendo alvo de diversas investigações por parte da historiografia acadêmica, principalmente entre historiadores do período colonial brasileiro, por ser considerado um tema importante da história nacional (Londoño, 2019,

⁴ Acerca dos motivos que levaram à fundação da Companhia de Jesus, John W. O’Malley pontuou que a perspectiva que interpreta o surgimento da ordem exclusivamente como uma reação ao protestantismo é equivocada. Segundo o autor, a Companhia teria sido fundada para “a maior glória de Deus”, tendo como objetivo “a defesa e propagação da fé” e o “progresso das almas na vida e na doutrina cristã” (O’Malley, 1993, p. 36, tradução própria). Suas intenções tinham como foco a atuação em Jerusalém, entretanto, devido a impossibilidade desta, passaram a engajar na luta contra o protestantismo (Ibidem, 1993, p. 34). Corroborando com essa perspectiva, José Eduardo Franco destacou que o plano primordial que levou a criação da ordem de Jesus “consistia em recuperar a Terra Santa para o cristianismo pela evangelização devotada junto dos mulçumanos e pela reanimação do resto de cristãos aí residentes” (Franco, 2012, p.28). Contudo, diante da impossibilidade de efetivação desse projeto, visto que Jerusalém estava sob domínio islâmico, viram-se obrigados a executar um plano alternativo.

⁵ Ao longo da pesquisa, utiliza-se também os termos *inacianos* e *loiolanos* para se referir aos jesuítas, devido ao seu vínculo com Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus.

p.11). Todavia, o interesse pela elaboração de uma visão sobre a Ordem remonta ao século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Fundado em 1838, sob o financiamento do imperador Dom Pedro II e com o objetivo de escrever a história da “nação brasileira”, a instituição se configurou como principal órgão responsável pela produção do saber científico.

Analisando a historiografia referente aos jesuítas no período colonial, Londoño (2019) apontou que os religiosos da Ordem foram abordados, entre os séculos XIX e XX, a partir de dois paradigmas, o antijesuítico e o jesuítico. A partir de 1980, há um movimento de diversificação nas abordagens desenvolvidas pelos historiadores, com pesquisas que passaram a tomar a Ordem como um objeto complexo. Nesse contexto, a Companhia de Jesus passou a ser analisada a partir de inúmeros temas e questões, configurando um quadro de ampliação das perspectivas e produções historiográficas.

Dessa forma, considerando a importância da Companhia na história do Brasil, a pesquisa que se propõe desenvolver tem como objetivo tratar das narrativas presentes nos livros didáticos de História referente aos jesuítas no período colonial, de modo a investigar quais sentidos estão sendo atribuídos à atuação desses indivíduos na América portuguesa. A pergunta que se insere nesse momento é: por que analisar as narrativas construídas especificamente pelos livros didáticos de História?

Essa questão se justifica, em primeiro lugar, devido à importância dada aos livros didáticos no ensino de História, visto que esses materiais se constituem, na maioria das vezes, como principal recurso utilizado por professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem histórica e, conseqüentemente, para a consciência histórica desses estudantes. Sobre esse lugar de referência ocupado pelos livros didáticos, Circe Bittencourt pontuou que, desde o século XIX, esses materiais têm sido “o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aulas e condições pedagógicas” (Bittencourt, 2004, p.72), sobretudo devido à sua função mediadora entre o programa oficial e o conhecimento escolar.

Em segundo lugar, pelo papel desses livros na construção de uma memória histórica sobre determinado tema ou conhecimento. Nesse sentido, Selva Guimarães Fonseca destaca que o livro didático de História é “[...] o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar” (Fonseca, 2003, p.49). Para Júlia Silveira Matos, assim como os demais suportes de escrita da História, os livros didáticos também constituem leituras do passado,

exercendo, desse modo, um “papel fundamental no ensino de História, pois é subsídio teórico para a construção dos saberes históricos na sala de aula” (Matos, 2012, p.168).

Desse modo, considerando o papel que os livros didáticos exercem na construção de uma memória histórica sobre determinado tema, as questões que se propõem investigar são: que narrativas os livros didáticos de História têm divulgado sobre os jesuítas? Como os discursos sobre esses agentes têm sido construídos? E de que maneira essas narrativas se relacionam com a produção historiográfica?

Nessa perspectiva, serão analisados quatro livros didáticos do 7º ano - série à qual a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) associa tal conteúdo - avaliados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e que estarão presentes na maioria das escolas públicas municipais do país entre os anos de 2024 a 2027⁶. Entre as obras selecionadas estão *História sociedade & cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior; *Jovens Sapiens História* de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini; *Jornadas Novos Caminhos História*, de Maurício Cardoso e Priscila Nina e *Se Liga na História* – Braick e Barreto.

Em termos metodológicos, pretende-se desenvolver uma análise qualitativa das obras, identificando e traçando comparações entre elas e, entre as narrativas das obras destacadas e a historiografia acadêmica. Desse modo, alguns pontos considerados importantes para a compreensão da ordem serão analisados, entre eles estão: a caracterização dos jesuítas, a narrativa acerca da catequese e das missões, as relações sociais estabelecidas entre os inacianos e outros agentes sociais, sobretudo, em relação a esses religiosos e os indígenas, entre outras questões, que ajudarão a identificar que narrativas estão sendo construídas e divulgadas sobre esses religiosos. Ou melhor, que discursos estão sendo perpetuados ao longo da história. Para isso, primeiramente, será feita a análise de cada obra separadamente; depois, a comparação entre elas permitirá identificar pontos de convergências e divergências.

De modo a dar conta do que se pretende desenvolver aqui, o artigo será dividido em quatro tópicos. No primeiro, será apresentado brevemente o processo de construção histórica de um lugar para os jesuítas e a Companhia de Jesus na história do Brasil, a partir das contribuições de Fernando Torres Londoño e Simone Tiago Domingos, que analisaram esse processo a partir da produção discursiva divulgada pelo Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro entre os séculos XIX e XX. Em seguida, serão traçadas algumas considerações sobre os livros didáticos. O terceiro momento consistirá na análise das narrativas presentes

⁶ Programa responsável por distribuir obras didáticas, de forma regular e gratuita, para as escolas públicas do país.

nos livros selecionados, tomando como base as pesquisas de Cristina Pompa (2001), Maria R. C. de Almeida (2010), Carlos A. Zeron (2011) e Marcia Amantino (2018). Por fim, a partir das contribuições do campo do ensino de História, pretende-se tecer algumas considerações sobre a influência dessas narrativas e dos livros didáticos na construção da aprendizagem histórica.

2. BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE OS JESUÍTAS E A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

Criado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se constituiu como o lugar privilegiado da produção historiográfica no país. Manuel Luis Salgado Guimarães destacou, em sua obra *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*, que diferentemente da Europa, onde “o processo de escrita e disciplinarização da história” ocorreu, fundamentalmente, no âmbito universitário, no Brasil, esse papel coube prioritariamente à “academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentada por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais” (Guimarães, 1988, p.9). Financiado pelo Imperador Dom Pedro II, o instituto tinha como tarefa primordial constituir uma história oficial da Nação brasileira, que pudesse legitimar as questões políticas e sociais do período⁷:

Uma vez implementado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (Guimarães, 1988, p.6).

Nesse sentido, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado como “[...] uma instituição cultural nos moldes de uma academia, como aquelas próprias do iluminismo, tendo contudo como projeto o traçar a gênese da nacionalidade brasileira - preocupação particular à historiografia do século XIX” (Guimarães, 1988, p.7), assumiu a tarefa de sistematizar a produção historiográfica nacional, a partir de uma abordagem pautada em critérios científicos e análise documental.

Tomando como fonte a produção discursiva produzida e divulgada pelo IHGB, através de sua Revista, entre 1839 e 1886, Simone T. Domingos (2009) buscou analisar as narrativas e concepções construídas sobre os jesuítas durante o século XIX e identificou que esse foi um

⁷ Isso se explica devido ao fato de que a produção do instituto estava baseada em uma concepção que compreende a História como “mestra da vida” - perspectiva que atribuía ao passado a função de legitimar o presente e oferecer-lhe orientação.

dos temas recorrentes no periódico. A análise da autora destacou que uma das razões mais evidentes para esse interesse por parte dos sócios do instituto estava “no fato daqueles religiosos terem atuado significativamente desde os primórdios da história do país” (Domingos, 2009, p.23), sobretudo por meio da catequese e do processo de “civilização” dos indígenas. Além disso, esse interesse estava pautado, também, na necessidade “em “colligir” fontes para a confecção de uma História Geral do Brasil, na qual, a depender do primeiro secretário, os loyolanos deveriam assumir um lugar de destaque” (Domingos, 2009, p.27). Outro ponto relevante que conferiu destaque aos jesuítas nos artigos divulgados pela Revista do IHGB foram as tentativas de retorno e de estabelecimento de escolas da ordem no sul do país, a partir da década de 1840. Esses episódios suscitaram uma intensa efervescência de opiniões, tanto favoráveis quanto contrárias à presença desses agentes no país.

Analizando a historicidade das visões sobre os jesuítas no Brasil, Fernando Torres Londoño, em sua obra *Memoria y religión en la historia del Brasil: la Compañía de Jesús, el Instituto Histórico Geográfico Brasileiro y la definición de la historia nacional*, concluiu que foi no contexto de constituição de uma “história oficial para a nação brasileira” desempenhada pelo IHGB que se definiu a memória a ser preservada sobre os jesuítas e sobre a Ordem na história do Brasil (Londoño, 2018, p.178) . Nesse sentido, a autor apontou:

O estabelecimento de um papel para os jesuítas na história do país foi um assunto ao qual a Revista do IHGB (aqui RIHGB), seu principal órgão de expressão, dedicou nos séculos XIX e XX um número significativo de artigos, publicando também diversos textos de jesuítas ou associados a eles como fontes para a história do Brasil (Londoño, 2018, p.178, tradução própria).

Desse modo, entre os séculos XIX e XX, foi possível observar um movimento por parte do instituto na produção de publicações e artigos sobre os jesuítas, ou melhor, que tinham como foco o estabelecimento de um lugar para os inacianos e a Companhia de Jesus na história do país. As pesquisas de Simone Tiago Domingos e Fernando Torres Londoño evidenciaram, por meio da análise dessa produção, a diversidade de posicionamentos entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em relação aos jesuítas, concepções frequentemente marcadas por antagonismos. Tais posições mantinham um estreito diálogo com os interesses políticos e sociais do período, delineando diferentes momentos no debate sobre os inacianos, que ora eram retratados de forma favorável, ora de maneira crítica.

De maneira geral, Londoño afirma, em uma segunda publicação, que a historiografia do século XIX e XX, foi responsável por abordar e inserir os jesuítas em dois paradigmas: “o

antijesuítico⁸, de herança pombalina, em que a invasão política e a ganância os moveria; e o de protetores e interlocutores dos índios” (Londoño, 2019, p.11)⁹. Ou seja, o primeiro paradigma se constituiria por tratar os jesuítas e a Companhia de Jesus com desconfiança e críticas; e o segundo, definiria-se por ressaltar seus feitos de maneira favorável, considerando-os personagens de destaque na história do Brasil, sobretudo por seu papel na proteção e no processo de civilização dos indígenas.

Segundo Londonõ (2018, p.179), entre os trabalhos que se enquadram na perspectiva antijesuítica, destaca-se a produção de Francisco Adolfo Varnhagen, primeiro a investigar de forma sistemática os jesuítas em relação ao passado do Brasil, produzindo diversas obras, entre elas *História Geral do Brasil* (1854). Crítico dos jesuítas, “[...] destacou as figuras de Anchieta e Nóbrega reconhecendo sua capacidade de integrar os índios por meio da catequese e do conhecimento da língua tupi” (Londoño, 2018, p.179, tradução própria), mas apontou o caráter ambicioso e orgulhoso que marcou suas ações. Para ele, “[...] ao contrário da imagem de generosidade e sacrifício construída pelos cronistas da ordem, os jesuítas tinham grande apreço pelos bens materiais” (Londoño, 2018, p.180, tradução própria). Guiados pela ambição, esses teriam agido em favor de interesses próprios dentro do império português, sendo mais exploradores dos indígenas do que seus protetores.

Em relação ao paradigma jesuítico, caracterizado por cristalizar a perspectiva de “protetores” e “civilizadores” dos indígenas, destaca-se a obra de Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, publicada em 1907. Essa obra tratou de apresentar as virtudes dos jesuítas, sobretudo no trato com os indígenas. Nesse sentido, o autor destacou “[...] os jesuítas representavam outra concepção da natureza humana. Racional como os outros homens, o indígena aparecia-lhes educável. [...] Para tanto cumpria amparar a pobre gente das violências dos colonos [...]” (Abreu, 1907, p.50-51). Outro exemplo, que demonstra a postura favorável por parte do autor em relação aos jesuítas é sua consideração sobre o padre Manoel da Nóbrega, o qual “obedecia ao sentimento colectivo, trabalhava pela unidade da colônia, e no ardor de seus trinta e dois annos achava ainda pequeno o scenario em que iniciava uma obra sem exemplo na historia” (Abreu, 1907, p.47).

⁸ O antijesuitismo, segundo José Eduardo Franco, “constitui um fenómeno e um movimento religioso, cultural e sociopolítico, tão antigo quanto a própria Companhia de Jesus” (2012, p.9), ou seja, com raízes que remontam a própria constituição da ordem inaciana; e que acompanhou sua expansão, perdurando até o século XX. Em Portugal, teve como seu principal fundador e promotor o Marquês de Pombal, responsável por estruturar a doutrina do mito jesuítico de forma sistemática.

⁹ Intitulada *A Historiografia dos Séculos XX e XXI Sobre os Jesuítas no Período Colonial conferindo sentidos a uma presença: do nascimento do Brasil à globalização*, a pesquisa tem por objetivo dar conta da historiografia produzida sobre a Companhia de Jesus desde o século XIX até o século XXI.

Destaca-se, também, dentro desse paradigma, a obra do padre Serafim Leite. Publicada entre 1938 - 1950, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, com dez volumes, e mais de cinco mil páginas, “estabeleceu-se como referência para a consideração dos jesuítas na história do Brasil e conferiu consistência aos argumentos de que os jesuítas seriam os protetores dos índios” (Londoño, 2019, p.13).

Após 1880, fins do século XIX, se configura um período de mudança na estrutura política, econômica e social do Brasil, com a abolição da escravidão, fim do Império e estabelecimento da República. A partir desse contexto, inicia-se um processo gradual de declínio do IHGB como principal espaço de construção do saber historiográfico, visto que o mesmo havia sido criado e financiado pelo Império. Além disso, com a criação de universidades e faculdades de Filosofia, a partir de 1931, esse processo se intensificou, já que as universidades passaram a ser os novos centros privilegiados da produção do saber científico.

Londoño (2019, p.33) observou que, desde a década de 1980, os historiadores vêm adotando abordagens que buscam apreender a complexidade da Ordem e sua inserção histórica em diferentes contextos, na tentativa de superar o enquadramento limitado entre o jesuitismo e o antijesuitismo. No cenário internacional, esse movimento foi impulsionado, sobretudo, pelo surgimento de uma nova geração de historiadores jesuítas, que procurava distanciar-se das perspectivas apologéticas e da defesa institucional da ordem. No Brasil, esse processo está vinculado às transformações ocorridas na historiografia nacional¹⁰. Nesse sentido, a partir desse período foi possível observar uma ampliação significativa das produções historiográficas.

Característico desse momento foi a diversidade de pesquisas desenvolvidas que tomaram a Companhia de Jesus e seus agentes a partir de inúmeros temas e abordagens, possibilitando novas interpretações e contribuindo para a ampliação e complexificação dos conhecimentos sobre essa instituição. Dentre essas pesquisas, destacam-se os trabalhos de Maria Cristina Pompa (2001), Maria Regina Celestino de Almeida (2010), Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (2011) e Marcia Amantino (2018), tomados como base para a análise que essa pesquisa se propõe desenvolver. Cabe aqui destacar, que essas obras são apenas algumas, dentro da pluralidade de produções elaboradas até o presente momento.

¹⁰ Oliveira e Gontijo destacaram que esse período foi marcado por mudanças na historiografia brasileira, em razão da “[...] expansão das pesquisas realizadas no âmbito das pós-graduações, criadas na década anterior, e das transformações no plano internacional, decorrentes, em larga medida, da renovação da história política e da história intelectual, do giro linguístico e da ascensão da história cultural” (2016, p.28).

De maneira geral, o esforço realizado até aqui não teve por objetivo tratar exaustivamente das produções historiográficas referente à atuação da Companhia de Jesus na América portuguesa, mas apresentar, de maneira breve, de que forma a Ordem e seus agentes foram tratados pela historiografia desde o século XIX até então, sobretudo, em relação à memória histórica constituída sobre esses indivíduos ao longo do tempo. Como resultado, observamos que, desde o século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a atuação jesuítica é tratada como um dos temas cruciais da história do Brasil - fato verificado, a princípio, pelo acúmulo de artigos e publicações divulgados pelo instituto e, posteriormente, pela multiplicação das pesquisas e obras que tomam essa questão como objeto de estudo.

Devido à sua importância, a atuação jesuítica na América portuguesa é um tópico recorrente inserido na narrativa sobre a colonização portuguesa na América, estando presente na maioria das obras didáticas de História, sobretudo, graças ao papel desses indivíduos na conversão dos nativos. Nesse contexto, os livros didáticos, enquanto veículos de saberes sistematizados, exercem um papel significativo na construção da memória histórica dos estudantes. Por isso, torna-se necessário, em um primeiro momento, refletir sobre as especificidades do livro didático de História e o papel que ele desempenha tanto no processo educativo, quanto no desenvolvimento dos saberes históricos.

3. LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: OBJETOS DE “MÚLTIPLAS FACETAS”

Os livros didáticos constituem-se como um material referencial no processo de ensino, sendo largamente utilizados nas inúmeras escolas do país. Circe Bittencourt (2008, p.299) destacou que eles são os mais usados instrumentos de trabalho da “tradição escolar”, fazendo parte desse espaço há pelo menos dois séculos. Colaborando com essa perspectiva, Kazumi Munakata em sua obra *Livro didático como indício da cultura escolar* apontou que este material é “o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar” (2016, p.123). Além de indício da cultura escolar¹¹, segundo o autor, ele é parte constituinte dela, como objeto dotado de materialidade. Desse modo, dada a sua importância, é e continua sendo objeto de investigação e problematizações por parte de historiadores e pesquisadores do campo do ensino.

¹¹ Sobre o conceito de cultura escolar, Kazumi Munakata apontou “a noção de cultura escolar refere-se não apenas a normas e regras, explícitas ou não, símbolos e representações, além dos saberes prescritos, mas também, e sobretudo, a práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas, que ocorrem topicamente na escola” (2016, p.122).

O lugar de referência ocupado pelos livros didáticos apoia-se, sobretudo, nas diversas funções que esses materiais desempenham no ensino escolar. Assim sendo, Alain Choppin ressaltou que os livros didáticos “exercem quatro funções essenciais, que podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização” (2004, p.553). Essas funções seriam: a referencial, instrumental, ideológica e documental.

A função referencial, segundo o autor, também conhecida como curricular ou programática, estaria pautada na tradução do programa oficial através do livro didático. Nesse sentido, o livro didático constitui-se como um “depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações” (Choppin, 2004, p.553). Ou seja, a efetivação dessa função fundamenta-se na capacidade do livro didático em transmitir os conhecimentos, métodos e práticas propostos pelos programas de ensino.

Na função instrumental o livro didático desenvolve seu papel de ferramenta prática. Além de transmitir os conhecimentos escolares, ele viabiliza a aplicação de métodos pedagógicos, principalmente, através de atividades e exercícios. Logo, além dos conteúdos, esses materiais têm por função apresentar propostas metodológicas para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, além de apresentar *o que* deve ser ensinado, aponta, também, *como* deve ser ensinado.

Em relação a função ideológica e cultural, esta estaria fundamentada na capacidade desses instrumentos em transmitir determinada ideologia, cultura e sistemas de valores das classes dominantes. Nesse sentido, o autor destacou:

[...] essa função, que tende a aculturar - e, em certos casos, a doutrinar - as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz (Choppin, 2004, p.553).

Por fim, ele aponta a função documental, caracterizada pela capacidade que o livro didático tem de fornecer subsídios para a pesquisa e para o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, visto que é constituído por documentos, textos e imagens; possíveis objetos de investigação histórica. Essa função, para que possa ser efetivada depende, sobretudo, da forma como este instrumento é visto e utilizado por professores e alunos no espaço escolar.

Essa multiplicidade de funções apontadas por Choppin, além de explicitar os porquês da importância dada a esses materiais, demonstram, também, a natureza complexa dos livros didáticos. Nesse sentido, Circe Bittencourt (2004, p.71) enfatizou que este é um “objeto de

múltiplas facetas”; suporte de conhecimentos escolares, métodos pedagógicos, portador de um sistema de valores, o livro didático é, também, uma mercadoria, segundo a autora. Desse modo, como mercadoria, atende as lógicas do mundo editorial e do mercado consumidor. Nesse sentido, sofre a influência de diversos agentes desde o seu processo de produção até o uso no contexto escolar.

Cabe pontuar aqui, que apesar da importância que esses materiais obtêm no contexto escolar, eles não são os únicos instrumentos de ensino-aprendizagem utilizados - ou pelo menos não deveriam ser - por professores e alunos. Além disso, possuem “limites, vantagens e desvantagens como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que precisa ser avaliado” (Bittencourt, 2008, p.300-301). Diante das múltiplas funções e da relevância dos livros didáticos no processo de ensino-aprendizagem, coloca-se a seguinte questão: quais relações esses materiais estabelecem com o ensino de História?

Nesse sentido, Jörn Rüsen pontuou:

Todos os especialistas estão de acordo em que o livro didático é a ferramenta mais importante no ensino de história. Por isso, este recebe uma ampla atenção inclusive por parte daqueles que se interessam pelo ensino de história na escola e pelo seu significado para a cultura política (Rüsen, 2011, p. 109).

Para o historiador alemão, o livro didático de História “é o guia mais importante da aula”, responsável por orientar o processo de aprendizagem histórica em sala de aula, que por sua vez, teria por objetivo possibilitar o desenvolvimento da consciência histórica¹². Nesse sentido, as narrativas presentes nos livros didáticos e as leituras que se fazem delas afetam o aprendizado de história, e conseqüentemente, a memória histórica dos estudantes, devido a sua capacidade enquanto instrumento utilizado no ensino de História “[...] de moldar concepções e pensamentos, além de combater ou perpetuar conceitos e noções” (Lisboa, 2023, p.5).

Nesse sentido, como depositários de determinado conhecimento histórico, proveniente das propostas curriculares e da produção historiográfica, suporte das metodologias de aprendizagem, veículo portador de um sistema de valores e ideologias e mercadoria, que atende as demandas do mercado - os livros didáticos de História são dotados de narrativas acerca do passado. Essas narrativas, influenciadas por múltiplas questões e atendendo a diversos interesses, contribuem para o processo de sedimentação de uma memória histórica

¹² Sobre o conceito de consciência histórica, Rüsen definiu como “[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (2001, p.57 *apud* Cerri, 2011, p.30)”.

sobre determinado tema ou período. É justamente essas narrativas, aqui, referentes aos jesuítas durante o período colonial, que serão analisadas.

4. AS NARRATIVAS ACERCA DOS JESUÍTAS PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PNLD 2024

Visando à realização deste estudo, serão analisados quatro livros didáticos do 7º ano, avaliados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático, que estarão presentes na maioria das escolas públicas municipais do país entre 2024 e 2027. Com o objetivo de ampliar essa análise e ter contato com diferentes narrativas, foi utilizada as duas obras que estão entre as mais distribuídas pelo programa e duas obras que estão entre as menos escolhidas, em comparação com o conjunto de coleções selecionadas. Nesse sentido, entre as produções mais distribuídas estão: *História sociedade & cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior e *Jovens Sapiens História* de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini. Entre as de menor distribuição estão *Jornadas Novos Caminhos História*, de Maurício Cardoso e Priscila Nina e *Se Liga na História* – Braick e Barreto¹³.

Como mencionado anteriormente, em termos metodológicos, pretende-se desenvolver uma análise qualitativa das obras, identificando e traçando comparações entre as narrativas elaboradas, a partir do diálogo com a historiografia acadêmica. Desse modo, alguns pontos considerados importantes para a compreensão desses religiosos serão analisados, entre eles estão: a caracterização dos jesuítas, a narrativa acerca da catequese e das missões, as relações sociais estabelecidas entre os inicianos e os outros atores sociais, sobretudo, entre esses religiosos e os indígenas, entre outras questões, que ajudarão a identificar quais discursos estão sendo construídos e divulgados sobre eles.

No livro *História sociedade & cidadania* a narrativa acerca dos jesuítas foi desenvolvida dentro do capítulo referente à formação do território da América portuguesa, dialogando com o lugar social sobre o qual será conferido a eles na obra. Já na introdução do capítulo o autor destacou que “o avanço da colonização da América portuguesa se deveu à ação dos soldados, dos bandeirantes, dos jesuítas e dos criadores de gado” (Boulos Júnior, 2022, p.264). Desse modo, aqui, os jesuítas foram tratados, principalmente, como agentes colaboradores da expansão colonial. Embora aponte o papel desenvolvido pelos inicianos na

¹³ Segundo o relatório de escolha do PNLD 2024, anos finais, das 23.411 escolas municipais registradas, com situação finalizada, que optaram por alguma coleção de História, dentre as 14 disponíveis, 6.214 escolheram a obra *História Sociedade & Cidadania*, ficando esta em primeiro lugar no relatório. 3.528 optaram pela obra *Jovens Sapiens História* - terceiro lugar. Enquanto isso, apenas 271 escolas ficaram com a obra *Jornadas Novos Caminhos* e 148 com *Se Liga na História*, ficando, respectivamente, em 12º e 13º lugar.

difusão do catolicismo, na catequese dos indígenas e na formação das crianças, tudo isso só parece ter relevância devido ao papel desempenhado na conquista do território, já que o processo da catequese, entendida como imposição religiosa e cultural, contribuiria para tornar os indígenas súditos cristãos, de modo a favorecer e possibilitar o processo de colonização.

Essa questão pode ser observada, também, no trato dispensado às missões jesuíticas, já que nos encaminhamentos ao professor o autor apontou a necessidade de “relacionar as missões com o processo de expansão do território da América portuguesa” (Boulos Júnior, 2022, p. 271). Desse modo, resume-se a citar apenas as atividades desenvolvidas pelos indígenas no interior desses espaços, ressaltando o papel destes na ampliação e conquista do território, como podemos observar no trecho a seguir: “povoando vários pontos do interior brasileiro, as missões jesuíticas contribuíram para a ampliação e a conquista do território da América portuguesa” (Boulos Júnior, 2022, p.272).

Ainda em relação às missões, são definidas na obra como “grandes aldeamentos organizados pelos padres jesuítas com o objetivo de catequizar os indígenas” (Boulos Júnior, 2022, p.269). Sobre esse processo, resume-se a apontar as atividades desenvolvidas pelos indígenas no interior desses espaços, como mencionado anteriormente, e destacar a localização geográfica em que a maior parte delas se encontrava. Assim, as missões são tratadas nesta obra de forma superficial, caracterizando-se como espaços de atividades econômicas, sem levar em consideração as relações sociais desenvolvidas no interior desses espaços. As relações sociais, aqui, não são apresentadas.

Em relação à caracterização dos jesuítas, estes foram tratados na obra como contrários à escravização dos indígenas e defensores de sua liberdade, seguindo a mesma linha dos trabalhos inseridos no paradigma jesuítico. Essa posição é observada em dois momentos: nas sugestões ao professor, que aponta a necessidade de informar aos alunos sobre esse aspecto e, na narrativa dispensada à atuação desses agentes para com os indígenas frente ao contexto desencadeado pelo Tratado de Madri, evidenciado no trecho a seguir:

Tratado de Madri (1750), assinado entre Portugal e Espanha. Estabelecia que a Colônia do Sacramento pertencia à Espanha. Em troca, Portugal recebia a área de Sete Povos das Missões, sete grandes aldeamentos organizados pelos jesuítas espanhóis, onde viviam cerca de 30 mil indígenas da nação guarani. Pelo Tratado de Madri, os jesuítas deveriam abandonar as missões com seus móveis e bagagens, levando apenas os indígenas. O território das missões e as casas ficariam com os portugueses. Os guaranis não aceitaram a ideia de ter de se mudar das terras em que viviam. A maioria dos jesuítas também não; *eles argumentavam que, além de serem livres, os guaranis eram donos do território e que nem Portugal nem Espanha tinham direito a ele. Incentivados por jesuítas*, os indígenas pegaram em armas contra soldados portugueses e espanhóis, impedindo que se cumprisse o acordo.

Tinha início, assim, a Guerra Guaranítica (1754-1756) (Boulos Júnior, 2022, p.276, grifo próprio).

O trecho destacado ressalta a perspectiva tomada pelo autor acerca dos jesuítas, de modo a considerá-los enquanto agentes protetores e apoiadores da liberdade dos indígenas.

O papel desenvolvido pelos jesuítas na difusão e conversão dos povos indígenas ao Catolicismo e na expansão do empreendimento colonial também foram destacados na obra *Jovens Sapiens História*. Entretanto, o lugar dispensado aos jesuítas nesta obra recai principalmente sobre o de protetores dos indígenas, questão vista, também, na obra anterior. Essa postura é explicitada no trecho a seguir: “os jesuítas opunham-se à escravização de indígenas e defendiam que eles fossem reunidos nas missões para ser catequizados” (Dias; Grinberg; Pellegrini, 2022, p.197). Dando prosseguimento a essa afirmativa os autores continuam: “a maioria dos jesuítas era contra a escravização de povos nativos e fez forte oposição a todos aqueles que utilizavam a mão de obra indígena escravizada” (Dias; Grinberg; Pellegrini, 2022, p.198).

Os trechos citados acima apresentam de maneira explícita a perspectiva tomada pela obra *Jovens Sapiens História* em relação aos jesuítas, definidos como contrários à escravização indígena. Essa postura é reafirmada ao longo de toda a narrativa, seja de maneira explícita ou implícita. Além dos destaques apontados anteriormente, podemos percebê-la implicitamente no contraste entre a caracterização dos inácianos, apontada acima, e dos colonos destacado a seguir: “desde o início da colonização, os colonos portugueses escravizaram milhares de indígenas, que foram obrigados a realizar tarefas árduas no dia a dia dos canaviais” (Dias; Grinberg; Pellegrini, 2022, p.197). Nesse sentido, enquanto os jesuítas são colocados como contrários à escravização, os colonos são descritos como os grandes subjugadores dos indígenas.

A narrativa desenvolvida sobre a catequese e o espaço das missões dialoga com a posição tomada pelos autores, anteriormente, referente aos jesuítas. Nesse sentido, ao pontuar as atividades realizadas pelos indígenas no interior dos aldeamentos, os autores destacam que essas atividades não eram feitas de forma obrigatória, mas semelhante à maneira como eram realizadas nas aldeias nativas, em um processo quase que natural. O mesmo acontece em relação às práticas de conversão:

Para catequizar essa população, os jesuítas organizaram missões em várias regiões do continente americano. Nessas missões, os indígenas aprendiam a língua e os costumes portugueses, além de realizarem vários trabalhos agrícolas e artesanais não de maneira obrigatória, mas próximo ao modo de trabalho que já tinham em

suas comunidades. A catequização dos indígenas, no entanto, acabou modificando seu modo de vida e desorganizando suas sociedades (Dias; Grinberg; Pellegrini, 2022, p.198, grifo próprio).

As práticas desenvolvidas nos aldeamentos e o processo catequético são aqui suavizados, assim como na obra *História sociedade & cidadania*. Embora aponte no final do parágrafo que a catequização acabou impactando e modificando a vida dos povos nativos, esse processo é simplificado pela ausência narrativa dos conflitos, negociações e resistências. Ainda que destaque em outros momentos a resistência indígena, sobretudo aquela desenvolvida diante da escravização promovida pelos colonos, quando trata do processo catequético esta não é citada. Desse modo, aqui, os indígenas não são colocados enquanto agentes sociais ativos. Introduzidos no interior das missões jesuíticas e submetidos ao processo catequético e civilizador empregado pelos inacianos, os indígenas perderiam sua cultura, sem desenvolver nenhum tipo de reação, segundo essa narrativa. Ao silenciar interesses, resistências e conflitos entre os jesuítas e os indígenas, é construída a ideia de uma relação pacífica e harmoniosa entre esses agentes sociais, fato este, que não se verifica no trato com a historiografia sobre o tema.

Em *Jornadas Novos Caminhos*, obra que está entre as menos distribuídas, desenvolve-se uma narrativa mais extensa e complexa em relação à atuação jesuítica quando comparada aos manuais anteriores. Os autores destacam o papel dos jesuítas na conversão dos povos nativos por meio da catequese, crucial para a expansão do poder metropolitano; abordam, também, outros pontos que não haviam sido tratados pelas obras anteriores e, mesmo quando tratados, configuraram-se de maneira simplista. Em primeiro lugar, observa-se como a obra trata as missões. Nela o espaço das missões jesuíticas é explorado de forma mais ampla em relação às narrativas vistas anteriormente; são apontadas não apenas as atividades desenvolvidas pelos indígenas, mas as relações sociais estabelecidas entre eles e os jesuítas, a rotina de atividades e, principalmente, as formas de resistência. Sobre a caracterização delas e as práticas desenvolvidas em seu interior a obra aponta:

As missões, também chamadas de aldeamentos, foram criadas para reunir indígenas e catequizá-los, a fim de que adotassem a religião católica e outros costumes portugueses. As culturas e, portanto, as visões de mundo e práticas culturais dos povos nativos não eram aceitas pelos portugueses. Na conversão dos povos originários, o trabalho e a disciplina eram considerados fundamentais pelos jesuítas (Cardoso; Nina, 2022, p.169).

Como podemos observar, as práticas culturais dos povos indígenas não eram aceitas no espaço das missões jesuíticas, demonstrando que o estabelecimento nesses espaços não se

deu sem grandes perdas. Os indígenas não deveriam simplesmente aprender a religião e os costumes europeus, mas anular suas próprias práticas culturais dentro desse contexto. Nesse sentido, a catequese é abordada aqui como um processo de imposição religiosa e cultural, enquanto os espaços dos aldeamentos são tratados como espaços de dominação, mas não só isso, como será mostrado adiante, nesta obra, os aldeamentos jesuíticos serão tratados para além de espaços de dominação, como espaços de conflitos, resistências e adaptações.

Desse modo, ao pontuar as estratégias utilizadas pelos jesuítas no interior das missões com o objetivo de efetivar a obra catequética e destacar o impacto desses procedimentos na vida dos povos indígenas, os autores esclarecem que esse processo não se impôs de forma simples e passiva, mas foi marcado e reelaborado devido às ações dos nativos:

As missões jesuíticas tiveram um papel significativo na desorganização dos modos de vida tradicionais das muitas sociedades indígenas. A ênfase no trabalho, organizado de acordo com os valores e necessidades dos jesuítas e no ideal de disciplina, provocou mudanças importantes nas práticas sociais. [...] Os jesuítas utilizaram-se de diversas estratégias para a dominação religiosa e cultural dos indígenas. [...], *entretanto, os indígenas organizaram, ao longo de todo processo de colonização, mesmo dentro dos aldeamentos, diversas formas de resistência* (Cardoso; Nina, 2022, p.177, grifo próprio).

Ao apontar que mesmo dentro desses espaços os indígenas buscaram desenvolver formas de resistência, a construção narrativa passa a não considerar as missões apenas como espaços de dominação, mas também como espaços de resistências e adaptações. Além disso, essa narrativa coloca os indígenas no lugar de agentes ativos tanto no interior dos aldeamentos, como no processo catequético, como podemos observar no trecho: “a catequese dos indígenas foi marcada pela releitura das tradições católicas pelos nativos. Isso se manifestou de muitas maneiras” (Cardoso; Nina, 2022, p.178).

De modo a exemplificar o aspecto da resistência, a obra destaca:

O ensino da língua portuguesa, por exemplo, era um instrumento que visava à subordinação desses povos à cultura europeia. Porém, *muitos indígenas se apropriaram e usaram de elementos das culturas europeias como estratégia de resistência, como a elaboração de cartas com reclamações e exigências ao governo português* (Cardoso; Nina, 2022, p.177, grifo próprio).

Esta abordagem, dialoga com a produção de Maria Regina Celestino de Almeida que, alicerçada sobre a perspectiva que coloca os indígenas como sujeitos ativos nos processos históricos por eles vivenciados, destacou que “os diferentes grupos indígenas que ingressaram nessas aldeias não foram, no entanto, tão passivos como costumava ser sugerido pela

historiografia” (2010, p.72). Nesse sentido, segundo a autora, na condição de índios aldeados, utilizavam-se dos mecanismos disponíveis para atender seus próprios interesses, desenvolvendo relações complexas com missionários e outros agentes coloniais. Fato que dialoga com o trecho destacado. Aqui, também, o espaço do aldeamento não é visto simplesmente como lugar de imposição.

Quanto às relações sociais estabelecidas entre os jesuítas e os povos indígenas, essas se desenvolveram no interior das missões. Segundo a obra *Jornadas Novos Caminhos*:

[...] Para os jesuítas, o trabalho era uma maneira de ensinar os indígenas a agir como bons cristãos, além de produzir riquezas que permitiriam o sustento das missões, que não recebiam financiamento e deviam sustentar a si mesmas. Por isso, *não foi raro que os próprios jesuítas escravizassem indígenas, inclusive alugando-os para prestarem serviços para os colonos. Ao mesmo tempo, houve jesuítas que se opuseram à escravidão de pessoas indígenas*, o que levou, em diferentes momentos, a tensões e conflitos entre os missionários e os colonos, que passaram a acusar os jesuítas de prejudicar seus interesses e se beneficiarem sozinhos do trabalho deles (Cardoso; Nina, 2022, p.170, grifo próprio).

De maneira distinta às narrativas apresentadas nas obras anteriores - que se limitaram a destacar que os “jesuítas opunham-se a escravidão de indígenas” e que o trabalho praticado por eles no espaço das missões não era feito de maneira obrigatória -, a obra *Jornadas Novos Caminhos* aponta que, apesar de alguns jesuítas se oporem à essa escravidão, muitos a utilizavam dentro das missões. Entretanto, relaciona essa utilização aos interesses do processo catequético e à necessidade das missões de proverem seu próprio sustento, como podemos observar nas passagens a seguir:

[...] Para os jesuítas, o trabalho era uma maneira de ensinar os indígenas a agir como bons cristãos, além de produzir riquezas que permitiriam o sustento das missões, que não recebiam financiamento e deviam sustentar a si mesmas. Por isso, não foi raro que os próprios jesuítas escravizassem indígenas, inclusive alugando-os para prestarem serviços para os colonos. (Cardoso; Nina, 2022, p.170).

Tal abordagem evidencia a complexidade das relações entre indígenas e jesuítas, ao mesmo tempo em que insere os inacianos nas lógicas da sociedade colonial, a qual utilizou expressivamente a mão de obra indígena escravizada. Apesar de justificar essa utilização, na tentativa de minimizar a responsabilidade dos inacianos, essa obra foi a única entre as demais que apresentou esse fenômeno - da escravidão indígena pelos jesuítas.

Além disso, a obra também caracteriza as relações sociais estabelecidas entre os religiosos e os colonos, questão que não é tratada nas obras anteriores. Estas se pautam por

conflitos de interesses, principalmente em relação à utilização da mão de obra indígena, questão basilar para os conflitos e tensões, como podemos observar:

Em 1639, o papa Urbano VIII (1568-1644) promulgou a bula *Commissum nobis*, condenando de forma enfática a escravidão de indígenas. Esse documento foi o estopim para uma série de revoltas de colonos contra os jesuítas. [...] *Tensões e conflitos entre colonos e jesuítas ocorreram pelo menos até o século XVIII*, o que é uma evidência de que havia interesses contraditórios entre os diferentes grupos portugueses envolvidos na conquista e na colonização da América (Cardoso; Nina, 2022, p.170, grifo próprio).

Por fim, *Se Liga na História* é a única entre as demais obras que apresenta outra estratégia utilizada pelos inacianos com o objetivo de orientar a conduta cristã, para além da catequese. Nesse sentido, o texto destaca:

Em 1551, o padre Manoel da Nóbrega solicitou a vinda de meninas órfãs para as terras do Brasil com o objetivo de arranjar casamentos entre elas e os colonos, como forma de moralizar o comportamento dos portugueses que viviam na colônia (Braick; Barreto, 2022, p.112).

Diferente das demais, essa obra não foca apenas na catequese, nas missões e nos colégios, mas apresenta outras estratégias desenvolvidas pelos jesuítas na colônia para manter os costumes católicos dos colonos, nesse caso, a solicitação de mulheres como tentativa de manutenção das relações familiares dentro dos padrões europeus entre os colonos na América portuguesa.

Em relação às missões a narrativa desenvolvida pela obra se assemelha com a apresentada no livro *Jornadas Novos Caminhos*, ou seja, espaços de resistência. Embora aponte os aspectos de dominação religiosa e cultural promovido pelos padres por meio da catequese e da rígida disciplina que era imposta aos indígenas, destaca, também, a ação dos indígenas em resistir e persistir em suas práticas, e em como isso corroborou para o desenvolvimento de adaptações:

[...] mesmo quando pareciam aceitar a fé católica, os indígenas persistiam na sua cultura. A solução encontrada pelos religiosos foi adaptar celebrações, utilizar as línguas nativas nas pregações, promover aulas de canto e encenações teatrais, traduzir obras religiosas para a língua-geral e admitir costumes não prejudiciais ao trabalho missionário, criando um ambiente de trocas culturais (Braick; Barreto, 2022, p.154).

Outro ponto importante para a análise é a atuação da Ordem na economia colonial. Os indícios acerca dessa atuação são indicados brevemente nas obras *História sociedade & cidadania* e *Jornadas Novos Caminhos*, quando mencionam a produção de riquezas e gêneros

alimentícios nas missões que poderiam ser comercializados para sustento desses espaços ou geração de lucro. Entretanto, a única obra que de fato se propõe a apresentar essa questão esclarecendo como isso ocorria e impacto dessa atuação foi a obra *Se Liga na História*, que apresentou outra face da Ordem no território colonial:

[...] os missionários desenvolveram uma próspera atividade agropecuária nos aldeamentos. Na região amazônica, a ordem religiosa tornou-se uma das principais exploradoras das drogas do sertão, que eram enviadas diretamente à Europa sem o recolhimento de impostos aos cofres portugueses. Com o tempo, a Companhia de Jesus acumulou terras, engenhos, gado e africanos escravizados. Sua riqueza e seu prestígio social cresceram tanto que a ordem se transformou em um poder paralelo e foi vista pelo governo português como uma ameaça ao poder real (Braick; Barreto, 2022, p.155).

Mais um aspecto que distingue a narrativa apresentada nesta obra das demais é que ela é a única a mencionar a expulsão da Ordem em 1759 e os conflitos que levaram a essa expulsão. Desse modo, a Companhia de Jesus é tratada aqui como uma Ordem complexa, que não desenvolveu apenas ações religiosas e pedagógicas, mas, inserida no contexto colonial se utilizou das lógicas sociais, políticas e econômicas dessa sociedade para assegurar seus interesses. Em relação à utilização de mão de obra escrava indígena, a obra segue a perspectiva predominante das demais, a dos jesuítas contrários a essa utilização. E, embora não mencione essa utilização em relação aos nativos, dá indícios da utilização de mão de obra escrava africana pelos religiosos, no trecho “com o tempo, a Companhia de Jesus acumulou terras, engenhos, gado e africanos escravizados” (Braick; Barreto, 2022, p.155). Logo, aqui, os jesuítas são tratados a partir de questões distintas, que não se reduzem simplesmente ao seu papel na expansão territorial e colonização da América portuguesa.

Com base nessa análise geral das quatro obras selecionadas, foi possível identificar alguns pontos de convergência e divergência entre elas. Cabe aqui pontuar.

O principal ponto de convergência identificado nessas narrativas é a manutenção de uma perspectiva consolidada pela tradição que enquadra os jesuítas no lugar de “protetores” dos indígenas. Das quatro obras analisadas, apenas uma, *Jornadas Novos Caminhos*, menciona a utilização de mão de obra escrava indígena pelos inacianos. Entretanto, ao mesmo tempo que aponta essa questão também a justifica, enquadrando-se, assim como as demais obras no mesmo paradigma. Questão essa já superada pela historiografia acadêmica.

Sobre esse ponto, Zeron (2011, p.23) posicionando-se de maneira crítica à historiografia que logrou sustentar que os jesuítas foram “moralmente contrários à escravidão indígena, defensores de sua liberdade e promotores da limitação e até mesmo da humanização

da escravidão africana”, apontou para o fato de que “até serem expulsos do Brasil em 1759, os missionários serviram-se amplamente do trabalho dos escravos ameríndios e africanos, a exemplo das demais ordens religiosas e dos colonos europeus”. Além disso, analisando o debate promovido entre os jesuítas, intelectuais e autoridades políticas acerca da escravidão, o autor pontuou ainda que este pautou-se, sobretudo, no tocante a legalidade da escravização, e não em sua oposição. Dialogando com essa perspectiva, Marcia Amantino, acerca da utilização de mão de obra escrava indígena por parte dos jesuítas apontou que “ninguém ou nenhuma instituição, em meados do século XVIII, possuía na capitania do Rio de Janeiro mais escravos do que eles” (2018, p.181).

Nesse sentido, a partir dessas produções historiográficas observa-se a manutenção de uma narrativa equivocada acerca desses agentes, que embora já tenha sido desconstruída pelas produções acadêmicas atuais, continuam se perpetuando na maioria dos manuais escolares, como vimos anteriormente.

No que diz respeito às divergências, além daquelas já apontadas ao longo das análises individuais, destaca-se a diferença promovida pelas obras em relação às narrativas sobre o espaço dos aldeamentos e o processo da catequese. Nesse quesito, observa-se duas tendências. Enquanto as obras *História Sociedade e Cidadania* e *Jovens Sapiens História*, desenvolvem sua narrativa acerca da catequese e do espaço das missões de forma simplista, sem considerar as práticas religiosas e culturais, destacando apenas as atividades econômicas, e colocando enquanto agentes ativos apenas os jesuítas, desconsiderando a atuação nativa. As obras *Jornadas Novos Caminhos* e *Se Liga na História*, ao dialogarem com uma perspectiva que reconhece os indígenas como sujeitos ativos nos processos históricos, destacaram suas formas de resistência à catequese e ao aldeamento. Além disso, a prática da catequese foi apresentada como um processo de “tradução” cultural. Destacando assim as relações culturais e religiosas desenvolvidas nesses espaços. Desse modo, as narrativas dessas duas obras dialogam com as pesquisas recentes, sobretudo com o trabalho de Maria Regina Celestino de Almeida e Cristina Pompa.

Enquanto isso, as narrativas desenvolvidas pelas obras *História Sociedade e Cidadania* e *Jovens Sapiens História* dialogam com uma postura, cristalizada pela tradição, onde a colonização é vista como um processo histórico que seria “[...] protagonizado pela Coroa portuguesa e seus representantes na colônia americana, sendo outros sujeitos secundarizados, ou mesmo apagados do processo histórico” (Freitas, 2020, p.38).

Por fim, observa-se também que enquanto as obras de maior distribuição, *História Sociedade & Cidadania* e *Jovens Sapiens História*, logo, de maior alcance, limitaram-se a

apresentar a narrativa acerca dos jesuítas de forma superficial, com ênfase sobre o seu papel na expansão territorial da América portuguesa, ou seja, nos aspectos políticos e econômicos, as narrativas presentes nas obras de menor escolha foram desenvolvidas de forma mais detalhada e mais comprometida com as narrativas acadêmicas atuais, onde as relações sociais, as práticas, os conflitos e as formas de resistência são ressaltados, promovendo a compreensão do aspecto processual desse acontecimento histórico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação*, Marc Ferro pontuou em suas primeiras palavras: “não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças” (1983, p.11). Essa perspectiva nos leva a refletir sobre o papel do ensino de História e, mais especificamente, dos livros didáticos, na consolidação de uma determinada memória histórica, nesse caso em especial, sobre a atuação jesuítica no contexto colonial, principalmente se tomados como único material de apoio no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Carlos Vesentini apontou que “[...] o livro didático não é responsável de forma isolada por essa sedimentação de uma memória histórica; na maior parte das vezes, serve como veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa mesma memória [...]” (1984, apud Bittencourt, 2008, p.304).

Desse modo, enquanto instrumento veiculador de conhecimentos históricos, o livro didático, assim como os demais suportes de escrita da história, constrói determinadas narrativas sobre o passado, mas não as únicas possíveis. Além disso, contribuem para a formação de certas visões sobre um tema e podem também reproduzir posturas consolidadas pela tradição. Nesse caso, ao mesmo tempo em que as obras podem dialogar com uma historiografia mais atual, elas também podem interagir com uma produção já superada, de modo a promover a manutenção de algumas visões, como observado na análise aqui desenvolvida. Vale destacar que, além da relação estabelecida com a historiografia acadêmica, os livros didáticos relacionam-se, também, com as propostas do currículo oficial, com valores, ideologias e concepções do contexto em que foi produzido, podendo reproduzir certos preconceitos e estereótipos.

O exame das obras didáticas de História distribuídas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático acerca da atuação jesuítica mostrou a perpetuação de certas posturas já superadas pela historiografia acadêmica, sobretudo, em relação à postura dos inicianos frente

à escravização indígena. Apontados como protetores dos nativos, baseado no paradigma jesuítico, presente desde o século XIX, essas narrativas criam um discurso equivocado sobre os inacianos, uma visão deturpada, que desconsidera a complexidade das relações sociais estabelecidas entre esses religiosos e os demais atores sociais.

Desse modo, tratar as narrativas presentes nos livros didáticos de História a partir da abordagem definida por Luis Fernando Cerri como “pensar historicamente” pode ser uma estratégia viável para lidar com esses textos. Segundo o autor:

[...] pensar historicamente é nunca aceitar as informações, ideias, dados etc. sem levar em consideração o contexto em que foram produzidos: seu tempo, suas peculiaridades culturais, suas vinculações com posicionamentos políticos e classes sociais, as possibilidades e limitações do conhecimento que se tinha quando se produziu o que é posto para análise. É nunca deixar de lado que todo produto de uma ação tem um ou mais sujeitos em sua origem, e é decisivo saber quem são esses sujeitos, pois isso condiciona o sentido da mensagem. (Cerri, 2011, p.59)

Essa concepção permite tomar as narrativas didáticas como construção, sobre a qual influi diversos interesses e objetivos, possibilitando uma reflexão consciente e crítica acerca das mesmas, fato crucial, sobretudo, devido ao papel dessas na mobilização de uma aprendizagem histórica, e consequentemente, no desenvolvimento da consciência histórica. Além disso, cabe refletir sobre o papel dos professores no trato com essas narrativas, pois o uso que se faz delas poderá determinar a maneira como esse conhecimento será apreendido.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**: 7º ano. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

BRAICK, P. R.; BARRETO, A. **Se liga na história Braick & Barreto**: 7º ano. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

CARDOSO, M.; FERNANDES, P. N. **Jornadas**: Novos caminhos: História: 7º ano. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

DIAS, A. M.; GRINBERG, K.; PELLEGRINI, M. **Jovens Sapiens História**: 7º ano. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2022.

FNDE. **Relatório de Escolha do PNLD 2024**. Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/pnld-2024-2013-objeto-1/media/RelatriodeescolhaPNLD2024AnosFinais.xlsx>. Acesso em: janeiro de 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. C. Capitanias da Corôa. *In*: ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Rio de Janeiro, 1907. p. 45-54.

ALMEIDA, M. R. C. de. Política de aldeamentos e colonização. *In*: ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 71-106.

AMANTINO, Marcia. **A Companhia de Jesus na cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, século XVIII**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

AMANTINO, Marcia. A Companhia de Jesus na América portuguesa. *In*: Fleck, E. C.; Amantino, M. (orgs.). **Franciscanos, jesuítas e beneditinos na América colonial, séculos XVI-XVIII**. São Leopoldo: Oikos, 2023. p. 149-180. E-book. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eliane-Fleck/publication/373135513_Franciscanos_jesuítas_e_beneditinos_na_seculos_XVI-XVIII_America_colonial/links/64db7a8778e40b48bd4c8614/Franciscanos-jesuítas-e-beneditinos-na-seculos-XVI-XVIII-America-colonial.pdf. Acesso em: junho de 2025.

BITTENCOURT, Circe (org.). Livros didáticos entre textos e imagens. *In*: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 69-90.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros e Materiais Didáticos de História. *In*: BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.293-324.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrKGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/?lang=pt>. Acesso em: abril de 2025.

DOMINGOS, Simone Tiago. **Política e memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: 2009.

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. Tradução de Wladimir Araújo. São Paulo: IBRASA, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. Livros didáticos e paradidáticos de História. *In*: FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. p.49-57.

FRANCO, José Eduardo. **Gênese e mentores do antijesuitismo na Europa Moderna**. Lisboa: CLEPUL, 2012. Disponível em: https://lusosofia.ubi.pt/textos/20121023-franco_jose_eduardo_genese_e_mentores_do_antijesuitismo_na_europa_moderna.pdf. Acesso em: junho de 2025.

FREITAS, Camila. As representações da catequese jesuítica nos livros do PNLD: abordagens do passado colonial e possibilidades de aprendizagem histórica. **Revista Escritas do Tempo**, v. 2, n. 6, p. 36-57, out-dez/2020. DOI: 10.47694/issn.2674-7758.v2.i6.2020.3657.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: maio de 2025.

LISBOA, Júlia Maria de Araujo. **A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NA RELAÇÃO ENTRE BNCC E LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UM CATALISADOR NO COMBATE AO RACISMO**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

LONDOÑO, F. T. Memoria y religión en la historia del Brasil: la Compañía de Jesús, el Instituto Histórico Geográfico Brasileiro y la definición de la historia nacional. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 18, n. 1, p.175-193, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2018vol18i1a9>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/37383>. Acesso em: janeiro de 2025.

LONDOÑO, Fernando Torres. A historiografia dos séculos XX e XXI sobre os jesuítas no período colonial. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 64, p. 10-40, jan./ abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2019v64p10-40>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/40841>. Acesso em: janeiro de 2025.

MATOS, Júlia Silveira. Os Livros Didáticos como Produtos para o Ensino de História: uma análise do plano nacional do livro didático - pnld. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 165-184, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3268/1945>. Acesso em: maio de 2025.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da educação**, Porto Alegre, v. 20, n.50, p. 119-138, set./dez. 2016. DOI:<https://doi.org/10.1590/2236-3459/624037>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/cwYpSWdmxxpLjK7ZRGfxhmc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: julho de 2025.

OLIVEIRA, M. da G. de; GONTIJO, R. Sobre a História da Historiografia Brasileira: um breve panorama. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, v. 177, n. 472, p.13-38, jul./set. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/32780534/Sobre_a_Hist%C3%B3ria_da_historiografia_brasileira_um_breve_panorama. Acesso em: julho de 2025.

O'MALLEY, John W. **Los primeros jesuítas**. Bilbao: Editorial sal tarrea, 1993.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: 2001. Impresso. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.206724>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/206724>. Acesso em: maio de 2025.

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. *In*: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Linha de fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI, XVII)**. São Paulo: edusp, 2011.